

# A IMPORTÂNCIA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA NA INTEGRAÇÃO DA AÇÃO DE ESTUDANTES DE DIREITO À GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA

VII Encontro de Iniciação Acadêmica

Lucas Benicio da Silva, Helen Almeida Lima, Thomas Silva de Vasconcelos, Louise de Castro, Emmanuel TeÓfilo Furtado Filho

Em sua Constituição Federal (Art. 5º, XXXV), o Estado brasileiro prevê como fundamental a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Tal combinação de premissas constitucionais busca dirimir o desafio da universalização da justiça, em um país dispare economicamente. Nesse contexto, a Defensoria Pública, em âmbito federal, distrital e estadual, busca concretizar o acesso à justiça pela população citada. Em Fortaleza, a ação da Defensoria Pública do Estado do Ceará é amplificada pelo convênio com o Núcleo de Prática Jurídica - NPJ - da Universidade Federal do Ceará, equipamento pertencente à Faculdade de Direito. No NPJ, é realizado o atendimento inicial de pessoas socioeconomicamente vulneráveis, cujas demandas jurídicas - exceto as de cunho penal e trabalhista - são analisadas e solucionadas no âmbito do núcleo, por meio da mediação e da conciliação, ou encaminhadas à apreciação da Justiça, quando passam a ser acompanhadas por um defensor público. Esse processo é realizado por estudantes de Direito da faculdade, durante o estágio obrigatório do fim do curso de Direito, sob a orientação seus professores, funcionários da secretaria do NPJ e bolsistas de iniciação acadêmica. Os bolsistas do Primeiro Passo Jurídico exercem apoio administrativo à secretaria do NPJ, auxiliando no atendimento, presencial ou telefônico, à população, transmitindo-lhe informações sobre o funcionamento do núcleo e o acompanhamento de seus processos. Ademais, auxiliam no controle do contato entre os assistidos e a instituição, por meio de registro em prontuário eletrônico. Desenvolvem, assim, habilidades socioemocionais e laborais essenciais ao operador jurídico atual, o qual deve atentar-se ao fim social do Poder Judiciário, projetada pela Constituição de 88.

Palavras-chave: Direito. Justiça. Constituição.